

Análise da cobertura vacinal de poliomielite (4 anos) no Estado de Pernambuco entre o período de 2019 a 2022**Analysis of polio vaccination coverage (4 years) in the State of Pernambuco between 2019 and 2022****Análisis de la cobertura de vacunación contra la polio (4 años) en el Estado de Pernambuco entre 2019 y 2022**

DOI: 10.5281/zenodo.13375440

Recebido: 15 jul 2024

Aprovado: 17 ago 2024

Gleiciane Adrielli Souza Guinho

Graduanda em Farmácia

Instituição de formação: Centro Universitário Tabosa de Almeida (Asces-Unita)

Endereço: (Caruaru – PE, Brasil)

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9825-4505>

E-mail: gleicianeguinho@gmail.com

Matheus Givanildo da Silva

Graduando em Farmácia

Instituição de formação: Centro Universitário Tabosa de Almeida (Asces-Unita)

Endereço: (Caruaru – PE, Brasil)

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0042-2433>

E-mail: matheusgivanildos@gmail.com

Thaís Ribeiro de Moura

Residência em Saúde Coletiva

Instituição de formação: Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco

Endereço: (Caruaru – PE, Brasil)

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0291-6330>

E-mail: ribeirot013@gmail.com

RESUMO

A poliomielite é uma doença contagiosa aguda ocasionada pelo poliovírus selvagem, capaz de ocasionar paralisia flácida em crianças e adultos. No Brasil, não há registros de casos da doença desde 1990, tendo em vista que detém um dos maiores programas de imunização global, aplicando cerca de 100 milhões de doses anuais. Porém, identifica-se atualmente uma queda progressiva na adesão. Dessa forma, objetiva-se analisar a cobertura vacinal contra poliomielite (4 anos) no estado de Pernambuco, entre 2019 e 2022, e discutir possíveis fatores que possam ter influenciado na adesão. A partir de uma abordagem observacional descritiva, dados oriundos do DATASUS foram utilizados, junto a informações oferecidas pela literatura. Para o estado de Pernambuco, os valores obtidos demonstraram uma oscilação significativa, apresentando os valores de 57,10% para 2019, que caiu para 54,39% em 2020 e atingiu seu ponto mais baixo em 2021, com apenas 41,87%. Em 2022, houve uma recuperação para 60,08%. Tal queda pode estar relacionada com influências do período pandêmico recente, bem como a crescente de movimentos antivacina, com discursos negacionistas fortalecidos em concomitância à disseminação de informações falsas acerca do tema. Sendo assim, estratégias de combate à desinformação e melhora do acesso são essenciais.

Palavras-chave: Poliomielite; Cobertura Vacinal; Vacinação.

ABSTRACT

Poliomyelitis is an acute contagious disease caused by wild poliovirus, capable of causing flaccid paralysis in children and adults. In Brazil, there have been no records of cases of the disease since 1990, given that it has one of the largest global immunization programs, applying around 100 million doses annually. However, a progressive drop in adherence is currently identified. Therefore, the objective is to analyze polio vaccination coverage (4 years) in the state of Pernambuco, between 2019 and 2022, and discuss possible factors that may have influenced adherence. From a descriptive observational approach, data from DATASUS were used, together with information offered in the literature. For the state of Pernambuco, the values obtained demonstrated a significant fluctuation, presenting values of 57.10% for 2019, which fell to 54.39% in 2020 and reached its lowest point in 2021, with just 41.87%. In 2022, there was a recovery to 60.08%. This drop may be related to influences from the recent pandemic period, as well as the growth of anti-vaccine movements, with denialist speeches strengthened in conjunction with the dissemination of false information on the topic. Therefore, strategies to combat misinformation and improve access are essential.

Keywords: Polio; Vaccination Coverage; Vaccination.

RESUMEN

La poliomielitis es una enfermedad contagiosa aguda causada por el poliovirus salvaje, capaz de provocar parálisis fláccida en niños y adultos. En Brasil no hay registros de casos de la enfermedad desde 1990, dado que tiene uno de los mayores programas de inmunización mundiales, aplicando alrededor de 100 millones de dosis anualmente. Sin embargo, actualmente se identifica una caída progresiva de la adherencia. Por lo tanto, el objetivo es analizar la cobertura de vacunación contra la polio (4 años) en el estado de Pernambuco, entre 2019 y 2022, y discutir posibles factores que pueden haber influido en la adherencia. Desde un enfoque observacional descriptivo, se utilizaron datos de DATASUS, junto con información ofrecida en la literatura. Para el estado de Pernambuco, los valores obtenidos demostraron una fluctuación importante, presentando valores del 57,10% para 2019, que cayeron para el 54,39% en 2020 y alcanzaron su punto más bajo en 2021, con apenas el 41,87%. En 2022 se produjo una recuperación hasta el 60,08%. Esta caída puede estar relacionada con influencias del reciente período pandémico, así como con el crecimiento de los movimientos antivacunas, con discursos negacionistas fortalecidos junto con la difusión de información falsa sobre el tema. Por lo tanto, las estrategias para combatir la desinformación y mejorar el acceso son esenciales.

Palabras clave: Polio; Cobertura de vacunación; Vacunación.

1. INTRODUÇÃO

A poliomielite, conhecida também como paralisia infantil ou pólio, caracteriza uma doença contagiosa aguda ocasionada pelos sorotipos 1, 2 e 3 do PVS - Poliovírus Selvagem, com capacidade de ocasionar paralisia flácida em crianças e adultos. A infecção ocorre, principalmente, após contato com fezes e/ou secreções orofaríngeas de indivíduos contaminados, e possui sintomas que transitam desde cefaléia, febre, êmese, constipação e dores no corpo e garganta, até meningite. Consequentemente, a doença, que pode ser fatal, é capaz de comprometer os membros inferiores, causar insuficiência respiratória e, em cerca de 1% dos contaminados, desenvolver paralisia (Alves et al., 2021; Ministério da Saúde, 2024).

No Brasil, o primeiro registro de surto por poliomielite foi feito pelo pediatra Fernandes Figueira, no Rio de Janeiro, datando o ano de 1911. Tão logo, outro surto foi descrito em São Paulo, em 1917,

caracterizando a situação como uma epidemia, haja visto o crescente número de casos. Com este último, estabeleceu-se a lei que tornava a poliomielite uma doença de notificação compulsória no estado de São Paulo, permitindo a promoção de isolamento dos pacientes e precauções devidas para mitigação da doença. Contudo, desde 1990 o país não apresentou mais casos de poliomielite (Campos, Nascimento e Maranhão, 2003).

Devido a erradicação, o Brasil é certificado pela Organização Pan-Americana da Saúde, desde 1994, como área livre de circulação do PVS. A situação se mantém estável já que há o oferecimento, através da rede pública de saúde, de vacinação contra os 3 sorotipos do PVS para menores de 5 anos de idade: vacina oral poliomielite (VOP) e vacina inativada poliomielite (VIP), compostas, respectivamente, do vírus atenuado e inativado. No entanto, desde 2015, uma queda progressiva das coberturas vacinais vem sido identificada, situação que arrisca a reintrodução do PVS e o surgimento de PVDV - poliovírus derivado vacinal (Brasil, 2019; Alves et al., 2021; Brasil, 2022).

Nesse cenário, interpretar e monitorar os aspectos que compreendem a cobertura vacinal de poliomielite no Brasil torna-se uma ferramenta para formulação de estratégias eficazes de melhoria nacional da adesão vacinal, consequentemente, contribuindo na proteção da população contra esta doença grave e prevenível. Dessa forma, o trabalho objetiva analisar a cobertura vacinal de poliomielite (4 anos) no estado de Pernambuco, entre os anos de 2019 e 2022, com fim de discutir possíveis fatores que possam ter influenciado a adesão à vacinação.

2. METODOLOGIA

O estudo em tela caracteriza-se como observacional descritivo, no qual foram utilizados dados oriundos da plataforma TABNET, pertencente ao Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Para acesso a página de pesquisa detentora dos dados de interesse, as abas “Assistência à Saúde”, seguida de “Imunizações desde 1994” e “Cobertura”, foram selecionadas. Para busca dos valores de cobertura vacinal contra poliomielite (4 anos), selecionou-se os campos: “Unidade de Federação (UF)” para linha, “Ano” para coluna, e “Poliomielite 4 anos” para medidas. O período selecionado foi de 2019 a 2022, para a UF de Pernambuco (PE). Os resultados obtidos foram apresentados pela plataforma em tabela e gráfico em coluna, copiados e trabalhados no Excel pelos autores.

Em posse das informações, foi feita análise interpretativa dos dados. Para fins comparativos com resultados de artigos da literatura. Estes foram buscados em bases de dados confiáveis, como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed, a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Cobertura Vacinal”, “Poliomielite” e “Vacinação”, combinados com o

operador booleano AND. Trabalhos pertinentes ao tema, nos idiomas português e inglês, com texto integral disponível e publicados nos últimos 5 anos, foram considerados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

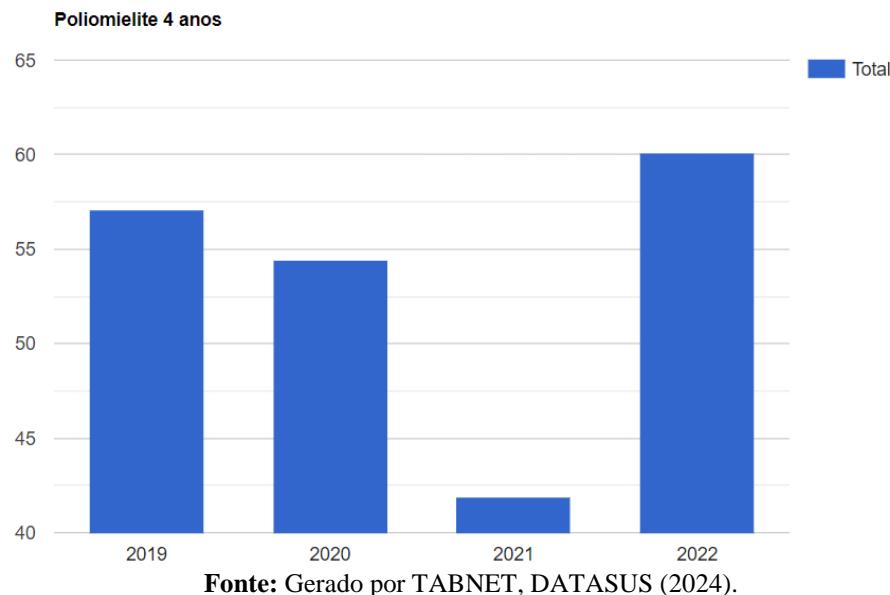
O esquema de vacinação para pólio é disponível para crianças até 4 (quatro) anos, 11 meses e 29 dias. Ela deve ser iniciada a partir dos 2 meses de vida, contando com outras duas doses aos 4 e 6 meses, e reforços entre 15 e 18 meses e aos 4 anos de idade. No sistema público de saúde, as primeiras doses são feitas com VOP. A VIP está disponível nas unidades básicas de saúde (UBS) para as três primeiras doses do esquema infantil de rotina. Por sua vez, a VOP direciona-se às demais doses para a prevenção da doença (Fiocruz, 2023).

Porém, apesar da disponibilidade deste esquema de imunização, no ano de 2021, a Comissão Regional de Certificação (CRC), classificou o Brasil como país de alto risco para poliomielite, apresentando 84% dos municípios como risco alto ou muito alto para paralisia infantil (Brasil, 2020). Classificação que se deve a crescente tendência de baixa adesão à vacina, refletindo em menores valores de cobertura vacinal.

Para o estado de Pernambuco, os números referentes a cobertura de poliomielite 4 anos, provenientes da base de dados DATASUS, mostram uma oscilação significativa. Em 2019, a cobertura vacinal foi de 57,10%, que caiu para 54,39% em 2020 e atingiu seu ponto mais baixo em 2021, com apenas 41,87%. Em 2022, houve uma recuperação para 60,08%. Os valores estão representados na Figura 1.

1.

Figura 1. Representação gráfica da cobertura vacinal de Poliomielite (4 anos) em Pernambuco, durante 2019-2022.



Comparando as regiões do Brasil no mesmo período, percebe-se uma variação significativa. A média de cobertura vacinal, no Nordeste, incluindo Pernambuco, foi de 53,79%, apenas um pouco acima da média do Norte (51,60%). Essas duas regiões tiveram as coberturas mais baixas, enquanto o Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentaram coberturas substancialmente melhores, com 68,97%, 81,52% e 72,19%, respectivamente. Essas diferenças regionais podem ser atribuídas a fatores socioeconômicos, acesso aos serviços de saúde, infraestrutura e eficácia das campanhas de vacinação.

O ano de 2021, marcado pela menor cobertura vacinal contra poliomielite (41,87%), coincide com a continuidade do período crítico da pandemia de COVID-19, que trouxe desafios substanciais para a saúde pública. Durante esse período, muitas atividades essenciais de saúde foram interrompidas ou severamente limitadas, incluindo campanhas do calendário vacinal. (CABRAL, et al., 2021).

Além das dificuldades logísticas impostas pela pandemia, houve um aumento significativo nos movimentos antivacina, que foram fortalecidos por discursos negacionistas e pela ampla disseminação de informações falsas. Essas movimentações frequentemente exploravam o medo e a incerteza gerados pela pandemia para questionar a eficácia e a segurança das vacinas, incluindo a vacina contra a poliomielite. (Matos, Barbieri e Couto, 2020; Procianoy et al., 2022; Galhardi et al., 2020).

A hesitação em ir a postos de saúde devido ao medo de contágio e as restrições de circulação podem ter contribuído para essa queda acentuada na cobertura vacinal. Outro fator agravante foi o aumento das desigualdades sociais no país no referido período, que pode ter refletido na diminuição do acesso pleno a serviços de saúde (Procianoy et al., 2022; Silva et al., 2022; Matos, Barbieri e Couto, 2020).

Recuperando-se em 2022 para uma cobertura de 60,08%, indica um esforço nacional e estadual significativo por parte das autoridades de saúde para retomar e intensificar as campanhas de vacinação. Esse aumento pode ser resultado de estratégias mais eficazes de comunicação e mobilização da comunidade, além da implementação de medidas de segurança nos postos de vacinação para garantir que as famílias se sintam seguras ao levar suas crianças para vacinar.

Dessa maneira, a retomada das atividades regulares de saúde pública e o foco renovado na importância da vacinação infantil são passos positivos para melhorar a imunização no estado. Porém, destaca-se que o tema ainda aparece como um desafio crítico que exige atenção contínua, evidenciando a importância de manter e expandir o número de vacinados, no intuito de assegurar que a poliomielite não volte a representar uma ameaça para a saúde infantil.

4. CONCLUSÃO

A oscilação dos números de cobertura vacinal, destacando suas baixas mais recentes, indicam a influência de questões como a pandemia e as “Fake News” na adesão à vacinação por parte da população. Portanto, visando melhorar a cobertura, o fortalecimento de campanhas de vacinação, melhoria da infraestrutura de saúde e garantia de fácil e seguro acesso às vacinas, torna-se essencial. Além disso, estratégias de combate a desinformação, cuja, como demonstrada, é um problema crescente, se mitigada, pode oportunizar o aumento da adesão vacinal e, consequentemente, proteger a população Pernambucana e brasileira como um todo contra a poliomielite e outras doenças imunopreveníveis.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. B. S.; SOUSA, R. J. A.; AVELINO, V. C.; MARTINS, N. V. N. Epidemiologia da paralisia flácida aguda no Brasil. **Health and Biosciences**, v. 2, n. 1, 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. **Nota Informativa Nº 204/2019**. Brasília, 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Informe Técnico: Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite e Multivacinação para Atualização da Caderneta de Vacinação da Criança e do Adolescente**. Brasília, 2022.
- CAMPOS, A. L. V.; NASCIMENTO, D. R.; MARANHÃO, E. A história da poliomielite no Brasil e seu controle por imunização. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, v. 10, n. 2, p. 573-600, 2003.
- CABRAL, I. E. *et al.* Vulnerabilidades en la salud de niños durante la pandemia del covid-19 en Brasil y Portugal. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 29, p. e3422, 2021.
- FIOCRUZ. Vacinar contra Poliomielite - Oral (VOP - Vacina Oral Poliomielite)-Fiocruz/RJ. Serviços e Informações do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/vacinar-contra-poliomielite-oral-vop-vacina-oral-poliomielite-fiocruz-rj>. Acesso em: 20 de junho de 2024.
- GALHARDI, C. P. *et al.* Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4201-4210, 2020.
- MATOS, C. C. D. S. A.; BARBIERI, C. L. A.; COUTO, M. T. Covid-19 and its impact on immunization programs: reflections from Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, 2020.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde de A a Z. Poliomielite**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/p/poliomielite>. Acesso em: 20 de junho de 2024.
- PROCIANOY, G. S. *et al.* Impacto da pandemia do COVID-19 na vacinação de crianças de até um ano de idade: um estudo ecológico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, 2022.
- SILVA, T. P. R. *et al.* Impact of COVID19 pandemic on vaccination against meningococcal C infection in Brazil. **Vaccine**: X, v. 10, 2022.